

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1394941 - RJ (2018/0283817-7)**

**RELATOR : MIN. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**

AGRAVANTE : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS  
ADVOGADOS : HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR - RJ062929  
: AMILTON RODRIGUES JÚNIOR - RJ185988  
: FELIPE GOI JACOB - RJ208540  
AGRAVADO : SOLUTO II PARTICIPACOES S/A - EM LIQUIDACAO ORDINARIA  
EM LIQUIDACAO  
ADVOGADO : BRUNO SIMÕES DE CARVALHO - RJ126601

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRÁS contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. Embargos de Terceiro. Sentença de procedência. Reforma. Cessão de crédito homologada pelo juízo na medida cautelar, sendo a apelada, a devedora, devidamente notificada. A cessão de crédito, portanto, teve eficácia em relação à devedora, na forma disposta no art. 290 do Código Civil. Pagamento ao primitivo credor após a notificação. Nos termos do art. 312 do CC/02, se pagou ao antigo credor, esse pagamento é ineficaz perante o apelante. Multa de litigância de má-fé que não é devida. O devedor de uma das partes não é parte no processo, nem sequer pode ser considerado auxiliar do juízo. Não tendo deixado de efetuar o pagamento ao credor original, apesar de notificado sobre a cessão, a consequência exclusiva é a ineficácia do próprio pagamento, não sendo o caso de majorar o pesado agravo com outros itens não previstos em lei. Recurso a que se dá parcial provimento" (fl. 220 e-STJ).*

Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados (fls. 244/249 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 257/268 e-STJ), a parte recorrente aponta negativa de vigência dos arts. 489, § 1º, IV, e 1022, II, do Código de Processo Civil de 2015 - porque teria havido negativa de prestação jurisdicional ao deixar o Tribunal de origem de se manifestar acerca de aspectos relevantes da demanda suscitados em embargos de declaração;

Oferecidas as contrarrazões (fls. 276/283 e-STJ), o recurso não foi admitido na origem, daí o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

**DECIDO**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

De início, importante consignar que o acórdão impugnado pelo recurso

especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece acolhida.

A recorrente alega que o acórdão é omissivo, pois *"não há uma linha sequer a respeito de que a PETROBRAS é terceira na Ação Cautelar em comento, e com tal, não pode vir a ter seu patrimônio expropriado sem previsão legal para tanto"* (fl. 266 e-STJ).

Registra-se que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Não é o caso dos autos. Sobre a questão o acórdão encontra-se assim fundamentado:

*"(...) Cuida-se de Embargos de terceiro propostos por Petrobrás em face do Banco Prosper S/A; alega a embargante que foi penhorado de suas contas o valor de R\$ 687.274,02 indevidamente, pois a execução em questão, relativa à ação cautelar, fora proposta pelo embargado em face de Engequip Engenharia de Equipamentos Ltda., n.º 0132381-91.2005.8.19.0001.*

*Ocorre que houve acordo firmado entre as partes litigantes, (Banco Prosper e a Engequip) no sentido de resguardar os créditos que a Engequip tinha a receber da Petrobrás, sendo homologado o acordo em 21/12/2005 e a Petrobrás devidamente notificada da dita decisão em 22/12/2005.*

*Em 18/09/2015 o embargante foi intimado para depositar R\$ 687.274,02, no prazo de 48 horas, sob pena de penhora, cujo ofício foi recebido pela Petrobrás em 14/10/2015.*

*A própria Petrobras reconhece que em razão de 'falha no sistema interno', quando do cadastramento do bloqueio judicial em 22/12/2005, os valores foram depositados diretamente na conta da ENGEQUIP, requerendo a reconsideração da decisão para que a penhora dos valores ocorresse em face da Engequip, única devedora do montante pleiteado.*

*Assiste, então, razão ao apelante.*

*A cessão de crédito é o contrato pelo qual o credor transfere seus créditos a terceiro estranho a relação obrigacional de origem, independentemente da anuência do devedor.*

*No entanto, a notificação do devedor acerca da cessão de crédito é exigência prevista no art. 290, do Código Civil. Vejamos:*

*'A cessão de crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita'.*

*No caso vertente, verifica-se que a cessão de crédito foi homologada pelo juízo, sendo a apelada devidamente notificada, portanto, passando a ter eficácia em relação à devedora (PETROBRAS), na forma disposta no art. 290 do Código Civil.*

*(...)*

*Assim sendo, nos termos do art. 312 do CC/02, se pagou ao*

*antigo credor, esse pagamento é ineficaz perante o apelante. A penhora, portanto, é válida.*

*A Multa de litigância de má-fé que não é devida. O devedor de uma das partes não é parte no processo, nem sequer pode ser considerado auxiliar do juízo. Não tendo deixado de efetuar o pagamento ao credor original, apesar de notificado sobre a cessão, a consequência exclusiva é a ineficácia do próprio pagamento, não sendo o caso de majorar o pesado agravo com outros itens não previstos em lei" (fls. 223/224 e-STJ0 grifou-se).*

Com efeito, as instâncias ordinárias enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declinando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão o não acolhimento de teses ventiladas pelos recorrentes, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARGUMENTOS DO RECURSO ESPECIAL CUJA ANÁLISE DEPENDE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.*

*1. Não há ofensa aos arts. 165, 458, 515 e 535 do CPC se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente sobre as questões postas a exame, dando suficiente solução à lide, sem incorrer em qualquer vício capaz de maculá-lo.*

*2. Com base nos elementos circunstanciais da demanda, a corte local entendeu que os devedores não têm direito ao alongamento da dívida em decorrência de ação dolosa, o que, para ser desconstituído, impõe reexame de matéria fático-probatória da lide, vedado nesta sede (Súmula 7 do STJ). Precedente.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no Ag 930.113/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 6/10/2011, DJe 13/10/2011).*

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer do recurso especial e negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento), sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observada a assistência judiciária, se for o caso.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2018.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator

